

A massa da pizza

MÁRCIO MOREIRA ALVES

O juiz Pedro Paulo Castelo Branco, que já se notabilizara por infringir a regra de impunidade dos criminosos de colarinho branco, decretando a prisão preventiva de PC Farias e alguns de seus asseclas, deu novo alento às esperanças do povo brasileiro condenando-o a quatro anos de prisão. O motivo foi o mesmo que meteu Al Capone atrás das grades: sonegação fiscal.

O fato de um juiz ter feito justiça não nos deve fazer pensar que o País ingressará no império da lei. Infelizmente, há sinais de que o lema "justiça para todos" pode ter a sua aplicação adiada para as calendárias gregas. Pelo menos essas são os sinais que nos chegam da CPI do Orçamento. Ao longo da semana que se encerrou, o plenário da CPI foi palco de entreveros que tendem a agravar-se à medida que se aproxima o fim dos trabalhos. Houve choques por motivos pessoais e outros, mais importantes, por motivos políticos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), cujas excelentes relações com a imprensa por vezes o induzem a declarações estabonadas, deu publicidade a uma lista parcial de parlamentares que teriam introduzido emendas ao Orçamento de 1993 após a sua suposta votação. Entre eles, estava o deputado José Lourenço (PPR-BA), isento de culpa, pelo menos desse crime. Lourenço tem a delicadeza de um moço forçado de Trás-os-Montes, dos que encabeçam a fila para pegar touro à unha. Apesar da desproporção no tamanho, foi tomar satisfações pessoais do paulista, ex-campeão de meios-pesados, que tem 1,90m de altura. Como Suplicy anda pacífico e lerdo, não reagiu, privando as câmeras de TV do espetáculo de um nocaute. O incidente, no entanto, é sintomático do que ainda pode acontecer.

Os confrontos politicamente mais graves foram verbais e ocorreram a portas fechadas, nas sessões de trabalho da CPI. A minoria de esquerda, convencida do propósito da maioria conservadora de limitar ao máximo as propostas de cassação, requereu a prorrogação das inquirições por sete dias.

Inicialmente derrotados, porque os adversários consideravam inviável o Congresso conceder um prazo maior para uma CPI que paralisa a revisão da Constituição, os seus integrantes foram consultar as lideranças de ambas as Casas e delas obtiveram um apoio unânime. Nenhum partido deseja assumir o ônus de atrapalhar abertamente o inquérito.

O segundo embate travou-se em torno do princípio da isonomia processual. A esquerda defendia tratamento igual para todos os suspeitos, o que significaria ouvir a todos em sessões plenárias, abertas à imprensa, depois de terem sido esmiuçadas as suas contas bancárias e aumentos patrimoniais. "Não há justificativa para termos ouvido Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) publicamente, e de posse de todas as informações necessárias para inquiri-lo, e ouvirmos em comitê restrito, longe da imprensa, o senador Alexandre Costa (PLF-MA), que tem uma movimentação bancária maior que

a dele", argumenta Aloísio Mercadante (PT-SP). O argumento da falta de tempo derrotou essa proposta por 13 a 7, votando com a maioria o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) e o vice, Odaírc Klein (PMDB-RS).

Derrotada, também, foi a proposta de se ouvir os citados

por José Carlos Alves Santos antes dos parlamentares mencionados nos documentos da Construtora Norberto Odebrecht. Os primeiros já tiveram as suas contas examinadas. Os outros, não.

"É um absurdo termos ouvido José Carlos Aleluia (PFL-BA), apontado como o coordenador geral da Odebrecht na Câmara, sem termos dados sobre as suas contas bancárias e aumentos patrimoniais. Isso pode oferecer aos que foram ouvidos em circunstâncias diferentes a oportunidade de alegar, na Comissão de Justiça, que foram vítimas de um processo com dois pesos e duas medidas", argumenta Aloísio Mercadante.

Parlamentares que não integram a CPI, como o cearense Gonzaga Mota (PMDB-CE), acham ponderáveis os argumentos da esquerda. A sua desconsideração pode estar fornecendo a massa para a pizza.

ENTREVEROS
NA CPI TENDEM
A AGRAVAR-SE
À MEDIDA QUE
SE APROXIMA O
FIM DOS
TRABALHOS